



**4º Encontro Internacional de Política Social  
11º Encontro Nacional de Política Social  
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:  
desafios à Política Social  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016**

---

**Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**OS DESAFIOS EM GARANTIR UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE E CRÍTICA FRENTE ÀS  
TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS**

**Mailiz Garibotti Lusa<sup>1</sup>  
Tatiana Reidel<sup>2</sup>**

**Resumo**

Trata sobre a formação e os desafios frente às transformações contemporâneas, refletindo sobre a garantia da materialidade do projeto ético político profissional, frente ao neoliberalismo. Sob viés marxista, caráter qualitativo, pesquisa bibliográfica, documental e observação investigativa docente e militância profissional. Nos resultados sinaliza a evidente regressão do Estado Social; a subordinação econômica da política de educação; e destaca que as Diretrizes Curriculares contrapõe-se à lógica capitalista, mercantil e fragmentada impressa pela Reforma do Ensino Superior. Indica-se o necessário fortalecimento político organizativo.

**Palavras-chave:** Estado. Mercado. Formação. Projeto-ético-político.

**THE CHALLENGES IN ENSURING QUALITY FORMATION AND CRITICAL FORWARD  
THE TRANSFORMATIONS CONTEMPORARY**

**Abstract**

Discusses about the development and the challenges in the face of contemporary transformations, reflecting on the guarantee of the materiality of professional ethical political project, against neoliberalism. Under Marxist bias, qualitative, literature, documentary and educational and professional militancy investigative observation. The results indicates a evident regression of the welfare state; economic subordination of education policy; and stresses that Curriculum Guidelines opposes the capitalist logic, commercial and fragmented printed by the Reform of Higher Education. It is indicated the necessary organizational political empowerment.

**Keywords:** State. Market. Formation. Project-ethical-political.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho trata sobre os desafios da formação na garantia da materialidade do projeto ético político profissional, numa análise que considera a conjuntura da sociedade e a experiência de 20 anos de Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro. Objetiva-se discutir como a formação crítica e de qualidade vem se colocando neste período de forma a balizar outra proposta de sociedade. Para isto, é imprescindível

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela PUC-SP; professora adjunto II do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <[mailiz@ufrgs.br](mailto:mailiz@ufrgs.br)>.

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social pela PUC-RS; professora adjunto III do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <[tatynhar@terra.com.br](mailto:tatynhar@terra.com.br)>.

considerar o cenário societário em que se inserem o trabalho e a formação profissional. Cenário este que confronta há 20 anos com o projeto de formação profissional, construído democraticamente pela categoria, expresso nas Diretrizes Curriculares de 1996, e que atualmente se torna um exemplo de uma proposta de formação que produz valores contrários à perspectiva do capital, sendo esta a razão fundamental para ser combatida.

Em tempos da propalada crise global, reconhecida por autores como uma crise estrutural do capital (MEZSÁRÓS, 2011), explicita-se a necessidade de articulação e fortalecimento das instâncias de formação acadêmica presencial em Serviço Social, sob a perspectiva do Projeto Ético Político.

Neste cenário de ajuste fiscal, desestabilização da economia, crise hídrica, diminuição das verbas para o ensino superior, aumento do custo de vida, aprofundamento do processo de precarização do trabalho, ampliação do capital internacional na educação e diminuição da responsabilidade do Estado nas políticas sociais, os efeitos repercutem, inclusive, na política de ensino superior e, por consequência, na formação do assistente social.

O Serviço Social brasileiro é reconhecido na América Latina e também em nível mundial pela sua excelência crítica e ético política na formação profissional. Este perfil resultou de uma trajetória profissional, marcada desde a sua gênese, em maior ou menor grau, por momentos de questionamentos em relação às bases de conhecimento, o que contribuiu para a ocorrência do Movimento de Reconceituação na América Latina, que comemorou 50 anos em 2015, e, especificamente no Brasil, para o Processo de Renovação do Serviço Social.

A partir deles, o redirecionamento profissional na perspectiva de leitura e inserção crítica dos e nos processos societários resultou na construção do Projeto Ético Político Profissional nos anos 1980, que se consolida no Brasil a partir dos 1990, destacando-se a criação da Lei de Regulamentação Lei 8662/1993; o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares 1996, que comemoram 20 anos, e que norteiam a direção ética e política assumida pela categoria em decorrência da Reconceituação. Atualmente, diante do quadro conjuntural brevemente discutido acima, é bem verdade que o Projeto Ético Político do Serviço Social vê-se ameaçado (NETTO, 2007; BRAZ, 2007).

Neste quadro conjuntural e profissional, reconhece-se a urgência de discutir, propor e implementar ações profissionais no âmbito da formação e do exercício profissional, que voltem-se ao fortalecimento da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, bem como no reforço da indissociabilidade da 'teoria e prática'. Entende-se ainda que isto poderá ocorrer, a partir da presença concreta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade associativa representativa da categoria no âmbito da formação profissional, nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), consideradas em seu cariz formativo, mas também enquanto instâncias de luta e de participação político-representativa democrática; cuja contribuição é permanente, entre outros aspectos, no âmbito da produção de uma formação crítica, comprometida ético politicamente, resultando na construção identitária profissional.

O trabalho resulta de pesquisa no âmbito da formação e do trabalho profissional, articulada às experiências das autoras junto às instâncias político organizativas da categoria. Sob perspectiva do materialismo histórico dialético, com caráter qualitativo, foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, documental e da observação investigativa durante o exercício da docência articulada à militância profissional.

Para atingir o objetivo, o trabalho foi organizado em três seções e a conclusão, que tratam primeiramente sobre o processo histórico de formação profissional que resulta numa proposta crítica que se efetiva no Brasil a partir dos anos 1980 e nas Diretrizes Curriculares que neste ano completam 20 anos. Num segundo momento, discute-se sobre o projeto ético político (PEP) profissional e sua implicação para a formação e o trabalho profissional; e na terceira seção sobre o embate entre a perspectiva do PEP e a lógica do mercado para a formação em nível de ensino superior.

## **2 PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES: 20 ANOS**

Os questionamentos e indagações que surgiram a partir da busca de qualificação profissional e do ingresso propriamente dito do Serviço Social no debate das ciências sociais, somados à insatisfação das respostas insuficientes frente às expressões da questão social levaram, em meados de 1960, à proposta de transformação da sociedade, através da busca de um serviço social mais crítico, o que ocasionou certa

crise teórico metodológica e ideopolítica no interior de muitas escolas na América Latina. Estas inquietações e questionamentos advindos da categoria dos assistentes sociais provocaram fragilidades maiores ou menores fraturas nas bases da formação profissional, que foram sendo permeadas por ideias renovadoras.

Dentro desse contexto de críticas, emerge o Movimento de Reconceituação latino-americano, em busca de novas respostas, com o objetivo de superar a prática atribuída pelos grupos dominantes. Em termos de Brasil, cabe destacar que a partir de 1964, a sociedade se encontra imersa em um golpe civil-militar, que se caracterizava por criar uma sociedade reprimida e oprimida e intensamente controlada ideologicamente.

A reconceituação só pode ser adequadamente situada se considerar que ela se inscreve num processo muito mais amplo, de caráter mundial. A segunda metade dos anos de 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (e, compreensivelmente, dos discursos teóricos ou pseudoteóricos que as legitimavam). (NETTO, 2005, p. 6).

Em 1965, em Porto Alegre, “[...] houve o Seminário Regional Latino Americano de Serviço Social, [...] que gerou, pelo menos, a consciência de adequar teoricamente o Serviço Social à realidade subdesenvolvida e pobre da América Latina” (PINTO, 1986, p. 29), o que possibilitou que a categoria profissional concluísse que “[...] deveria atuar sobre as causas dos problemas sociais e foi sobre esta preocupação que se realizou, em nível brasileiro, em 1967, o Seminário de Araxá” (PINTO, 1986, p. 29).

Instaura-se o Movimento de Reconceituação<sup>3</sup> na América Latina e o Processo de Renovação no Brasil, o primeiro tendo por objetivo reconceituar a profissão, rompendo com o paradigma único e com a prática voltada somente para a perspectiva terapêutica e funcionalista. Embora houvesse uma crítica internacional ao conservadorismo profissional é, na América Latina, que o Movimento de Reconceituação se efetiva. Este também refletia as contradições e confrontos das lutas sociais, quando se antagonizavam interesses da “[...] transformação da ordem vigente” e os que visavam apenas “minimizar a dominação”.

---

<sup>3</sup> O aprofundamento deste tema pode ser feito nas produções de NETTO (2008), publicadas na Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 84 e 100, respectivamente.

No cenário brasileiro, organizados pelo CBCISS<sup>4</sup>, ocorreram eventos regionais onde se destacam Araxá, Teresópolis e Sumaré<sup>5</sup>. É a partir desta articulação coletiva que

[...] impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com a realidade de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YAZBEK, 2009, p. 148).

O projeto de ruptura aproxima-se da tradição marxista, primeiramente, pelo viés da militância política e, posteriormente, através do marxismo acadêmico, que passa a analisar as fontes originais, os clássicos que contemplam a historicidade. Num terceiro momento, desdobra-se, com o acúmulo dos anteriores e nas condições pelo adensamento das tendências democráticas, direciona-se para a recuperação de diferenciados substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional, a problemática da formação, os campos de intervenção, espaços e políticas de prática. (NETTO, 2008).

Em 1979 o então CFAS e o CRAS<sup>6</sup> da 9ª Região organizam o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo, reunindo cerca de 3000 profissionais que representaram todo território brasileiro, cujo tema central foi o Serviço Social e Política Social. Neste congresso, “assumiu-se uma posição de comprometimento com o homem brasileiro, rejeitando-se finalmente a posição do Serviço Social como intermediário do poder”. (PINTO, 1986, p.32). Esse congresso foi

[...] um divisor de águas na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão, dado pelo debate político travado e posições públicas assumidas coletivamente pela categoria na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e por se reconhecer, em sua condição de assalariamento, como parte da classe trabalhadora. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 731).

O cenário brasileiro naquele momento sinalizada o esgotamento do regime militar e o ressurgimento das lutas de classes neste país, marcadas pelo movimento de oposição e de esquerda política, que militava na luta sindical. Sua vinculação primordial

<sup>4</sup> Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS. Da década de 1950 aos dias atuais, o CBCISS ainda desenvolve suas atividades. Disponível em: <<http://www.cbciss.org>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

<sup>5</sup> Para aprofundamento, ver AGUIAR (1982); e NETTO (2008).

<sup>6</sup> Atualmente denominado como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

era às organizações operárias sindicais e revolucionárias, denotando a existência um processo de organização e da luta de classes.

Neste período, ocorre fortemente a articulação dos espaços representativos dos assistentes sociais nos diferentes âmbitos (estudantil, docente, profissional). Como desdobramento deste processo, tem-se a rearticulação do movimento sindical e estudantil do Serviço Social, o que desencadeia um forte debate sobre a formação profissional e como resultado desta discussão e da articulação das diferentes instâncias, tem-se em 1982 a redefinição do Currículo Mínimo do Serviço Social,

[...] a reativação do movimento operário-sindical protagonizou os chamados novos sujeitos sociais [...] os assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. [...] fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional; quanto à formação acadêmica, institui-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado). (NETTO, 2005, p.17).

É a nova direção do Serviço Social crítico que acompanha o protagonismo dos sujeitos sociais através de sua luta e mobilização política nos diferentes movimentos sociais pela causa da democracia, pela aprovação da Constituição Federal de 1988. O Movimento não se constitui de um único encontro, nem uma única data; ele traz a síntese de um processo histórico e contraditório que inicia em 1965 e que se formula no tempo, na articulação coletiva e nos embates político-ideológicos que permeavam a realidade brasileira resultando na adoção de uma perspectiva crítica. Pode-se sinalizar aí a gênese de um projeto profissional com claras dimensões: ética e política, as quais se filiam à categoria profissional e que colaboram para que nos anos 1990 um novo processo de discussão da formação profissional se instale, pois “Esta nova direção social constituída pela categoria profissional [...] implica uma necessária revisão na proposta de formação profissional” ( REIDEL, 2010, p.48).

Com o acúmulo de mais de uma década de formação e exercício profissional sob as bases teórico-metodológicas marxistas e com respeito ao pluralismo de ideias, o Serviço Social avança pela segunda metade da década de 1990, inaugurando um novo momento na formação profissional: a implantação e consolidação das Diretrizes

Curriculares de 1996, aprovada através da Resolução nº 15, da Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação, de 13 de março de 2007.

As Diretrizes Curriculares expressam novos pressupostos para a formação profissional dos assistentes sociais, que indicavam um determinado desenho da profissão: “[...] particularizam o Serviço Social no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão de caráter interventivo, cujo sujeito – o assistente social – intervém no âmbito da questão social” (CARDOSO, 2000, p. 9).

As Diretrizes Curriculares de 1996 são “portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, componente imperativo do projeto profissional”. Elas expressam a concepção da profissão e da realidade, bem como o devir, que aponta para a transformação societária, como fruto das lutas da classe trabalhadora, a quem se articula o Serviço Social. Além disso, para a autora, as diretrizes curriculares constituem-se enquanto bases para os projetos pedagógicos dos cursos, sendo pautadas em princípios “[...] que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social” (KOIKE, 2009, p. 212).

Sua proposta foi inovadora, ao apontar que a formação profissional perpassaria um conjunto de conhecimentos considerados indissociáveis, articulados entre si e organizados em três núcleos de formação: a) o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; b) o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e c) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABESS-CEDEPS, 1996).

Essa proposta expressava a compreensão da categoria profissional de que era necessário superar a fragmentação e o isolamento dos conteúdos, antes organizados em matérias e disciplinas independentes entre si. A anterior organização, parcelada em compartimentos, apontava indiretamente o estabelecimento de uma hierarquia de conhecimentos que perpassava do maior para o menor grau de importância, desde as matérias básicas para a formação profissional, até aquelas consideradas opcionais ou eletivas na grade curricular (LUSA, 2012).

A partir dessa organização curricular, previa-se alcançar uma formação generalista, sem desconsiderar as particularidades e singularidades da formação

---

<sup>7</sup> Esta Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, conforme disposto na Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e seguindo os pareceres nº CNE/CES 492/2001 e CNE/CES nº 1.363/2001.

histórica, da realidade social, política, econômica e cultural, e do exercício profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais, com os diversos e distintos sujeitos da ação do assistente social. Em decorrência, para Cardoso (2000, p. 16), “[...] articulam-se conhecimentos e habilidades, que se especificam em matérias, enquanto áreas de conhecimento indispensáveis à formação do Assistente Social com um perfil determinado”.

Sem dúvida esta foi a maior e mais significativa inovação dos currículos dos cursos brasileiros, desde a gênese do Serviço Social. Considerada sua importância, proporcionalmente reconhecia-se os desafios para consolidar essa inovação nos currículos das escolas e, posteriormente, no cotidiano das salas de aula (LUSA, 2012).

Ao mesmo tempo em que esta inovação era promissora, também era desafiadora, uma vez que as Diretrizes Curriculares, ao transformarem a formação profissional, requeriam uma dinâmica permanente de acompanhamento das transformações históricas da sociedade, o que passa a ocorrer em maior ou menor grau a partir daquele momento.

Além disso,

Esta proposta apresentada através das Diretrizes Curriculares deve se articular com os Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social observando as diferenças e particularidades de cada localidade. Para isso, compreende-se que há necessidade de envolvimento de todo corpo docente, assim como a sensibilização e articulação também com o corpo discente para que se compreenda coletivamente a proposta destas novas diretrizes, ultrapassando uma dimensão formal e garantindo uma apropriação e livre adesão ao que está na centralidade desta. (REIDEL, 2010, p.51).

O marco de 1996, tanto para a formação quanto para o trabalho profissional, sinalizou o início de um novo momento para o Serviço Social brasileiro, em que conjuntamente a sociedade capitalista mercadológica e o Estado neoliberal lhe exigiam um tipo de alinhamento ideopolítico. Nestes 20 anos de implantação e consolidação das Diretrizes Curriculares, não obstante este alinhamento não tenha ocorrido, a profissão manifestou-se expressamente em direção contrária, imbuída da tarefa de construção de outros valores ético políticos, que pudessem sustentar uma nova ordem societária.

### **3 PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL COMO NORTE PARA O TRABALHO E A FORMAÇÃO**

Além da condição política, compreendida como indispensável para a constituição de um projeto profissional, articulam-se outros componentes para que o Projeto Ético-Político se materialize. Na história de consolidação PEP destaca-se a legitimidade do Serviço Social acadêmico, com o surgimento dos cursos de Pós-Graduação. “É nos espaços da pós-graduação [...] se consolida a produção de conhecimentos a partir da área do Serviço Social-então o corpo profissional começou a operar sua acumulação teórica” (NETTO, 2006, p.151).

Para pensar sobre o Projeto Ético-Político profissional faz-se necessária uma relação entre projeto profissional e projetos societários por compreender que este projeto profissional inscreve-se em determinado contexto societário podendo ser compatíveis ou contraditórios aos seus ideais. Os projetos societários definem-se como projetos coletivos cuja característica central “[...] reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. [...] nos projetos societários [...] há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder” (NETTO, 2006, 142-143).

Os valores assumidos, neste novo projeto profissional, se referem à liberdade como valor central rompendo com o conservadorismo e elegendo como princípios a democracia, Direitos Humanos, cidadania, equidade e justiça social, eliminação ao preconceito, pluralismo e a opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero articulando-se com os movimentos e categorias profissionais na luta dos trabalhadores.

O Projeto Ético-Político construído pela categoria dos assistentes sociais tem como pilares o Código de Ética (1993), a Lei de Regulamentação Profissional (8662/1993) e as Diretrizes Curriculares (1996). Salienta-se que a legislação do Serviço Social é um dos componentes do Projeto Ético-Político, que lhe confere materialidade, a partir do aparato legal de legitimação da profissão.

Esta nova direção social constituída pela categoria profissional que envolve o processo de formação implica em

[...] compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. Em suma, trata-se de um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento. (NETTO, 2006, p.155).

As novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social possuem como pressuposto central a permanente construção de conteúdos para intervenção profissional nos processos sociais, através de conhecimentos indissociáveis que estão expressos nas diretrizes como núcleos de fundamentação, já referidos neste artigo. Também compreende-ser a questão social como fundamento básico para intervenção do assistente social e compreende-se também o trabalho como categoria central. Com estes eixos, destaca-se também o rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade social e suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O processo de formação do assistente social, nesta perspectiva, possibilita o exercício do pluralismo onde se tornam possíveis reflexões e debates sobre as várias perspectivas teóricas que se confrontam durante o processo de formação. Enquanto princípios formativos destacam-se a transversalidade da ética e da pesquisa, estas não compreendidas de forma estanque e sim perpassando todo o processo formativo de modo transversal.

#### **4 ESTADO E ENSINO SUPERIOR: O EMBATE ENTRE A GARANTIA DO PEP E A LÓGICA DO MERCADO**

O Estado brasileiro tem demonstrado sua fragilidade frente ao capitalismo hegemônico que o conduz a uma crescente instabilidade financeira, ao aumento do processo inflacionário, o declínio do ideário socialista, a fragilização do movimento operário e sindical e a redução do crescimento da produtividade e conseqüente queda econômica, que “[...] reduziu a capacidade de arrecadação do Estado, em função do aumento do desemprego e outras expressões da questão social” (PERUZZO, 2002, p.157).

O neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a globalização foram uma forma burguesa encontrada para responder à crise desencadeada, a partir da década de 1970, e para se reproduzir o capital, por sua supercapitalização, necessitou mercantilizar todas as esferas da vida social (BEHRING, 1998). Paralelamente este processo foi acompanhado por uma política reformista de privatização do patrimônio do Estado. Neste sentido, os anos de 1980 e de 1990, foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço do neoliberalismo,

evidenciando-se uma desregulamentação do Estado em relação às bases dos sistemas de proteção social, redirecionando as intervenções do Estado frente à questão social.

As políticas neoliberais se chocam com os interesses públicos e com os direitos universais, e na medida em que há uma retração do Estado, abre espaço para as relações mercantis, ou seja, há uma expansão dos serviços privados, combinando com políticas sociais, emergenciais e focalizadas que atentam diretamente contra os direitos, contra a cidadania. (SADER; GENTILI, 1995).

Estas profundas transformações que ocorrem, no Estado Brasileiro, seguem os parâmetros do modelo neoliberal, mudanças estas, na esfera política e econômica, e que irão conformar modificações no âmbito das relações societárias. Mediante as novas estruturas de gestão, o Estado brasileiro passa, então, a implementar políticas sociais através de estratégias híbridas, mediante a este “mix” entre Estado, mercado e sociedade civil, ora através de uma perspectiva mais democrática e participativa, ora numa perspectiva conservadora alinhada com os ditames do capital em detrimento de direitos sociais já garantidos historicamente à população.

Outra questão que passa a vigorar muito fortemente, a partir de então, é a lógica do cidadão-consumidor em oposição à concepção universalista de direitos. Assim, dissemina-se uma proposta onde o mercado passa a dividir com o Estado e o terceiro setor o atendimento da população em diferentes áreas. O Ensino Superior inserido na nova realidade, como todos os demais campos das políticas públicas, passa a ser alvo de mudanças significativas, atreladas a uma lógica de mercado, que introduz o empreendedorismo e a eficácia como padrões desejáveis para o seu funcionamento. Assim, a universidade se converte num espaço de negócios, torna-se uma instituição que vende serviços e o acadêmico passa a ser avaliado pelo desenvolvimento de seu espírito empreendedor.

Chauí (1999) apresenta uma nova classificação para as universidades nestes moldes; anuncia que se configura na atualidade uma ‘universidade organizacional’, que passa a se orientar por contratos de gestão, capacidade de flexibilidade, monitorada e avaliada por indicadores de produção docente e discente. Ela se estrutura através de estratégias de eficácia organizacional, valorizam-se as ações que se referem ao financiamento, sustentabilidade de suas ações como, por exemplo, pesquisa e extensão, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. O foco está distanciando-se da construção de um conhecimento crítico, para uma formação intelectual e

limitando-se a desenvolver profissionais eficientes para as demandas que se impõem através do mercado

A partir dos anos 2000, com os governos Lula e Dilma (2003-2006, 2007-2010, 2011-2014, 2015-X), implementa-se a política de expansão do ensino superior, que segue os ditames do capital, o que pode ser percebido no aumento de instituições de ensino superior privado, bem como na proliferação desenfreada do Ensino de Educação A Distância (EAD).

Entende-se que as ações de desestruturação, fragmentação e dispersão da formação de nível superior neste país, constituem-se, desde o princípio da criação da universidade brasileira, estratégias de dominação política, ideológica, social, econômica e cultural utilizadas pelo Estado, em nome da defesa dos interesses da burguesia urbana e rural, e da reprodução do capital. Sempre estiveram presentes na formação da sociedade brasileira processos de formação profissional aligeirados, fragmentados, que afunilam o saber – apenas técnico, como outrora dito – num único objeto e foco. Esse tipo de formação prepara o indivíduo para ocupar uma única vaga de trabalho, mas não o qualifica para viver, trabalhar, intervir e transformar a sociedade.

Destarte, entende-se que a formação profissional em nível universitário oferecida nas últimas décadas no Brasil frequentemente se restringe apenas à oferta de conteúdos disciplinares, visando à integralização da carga horária do discente e à consequente obtenção do diploma do curso, sem articular o ensino com a pesquisa, a extensão. Mais preocupante é que, muitas vezes, esta formação nem mesmo está articulada com o ensino do próprio trabalho profissional, já que muitos cursos desenvolvem-se ‘à distância do espaço de trabalho’ e ‘da própria realidade’, mas muito próximos do espaço virtual e da rede de computadores. Como resultado, faltam componentes necessários à construção de um saber articulado com a realidade e habilitado para fazer análises da totalidade societária, na qual o futuro profissional se inserirá. Este tipo de formação universitária mercadológica – destina-se apenas à produção de trabalhadores para o mercado profissional, numa lógica competitiva e capitalista.

O Serviço Social frente ao seu Projeto Ético-Político profissional e o norte que o mesmo dá para seu processo de formação, choca-se com a direção dada às políticas desenvolvidas pelo governo em relação ao ensino superior. Ensino que se encontra determinado pelo mercado e que reduz as universidades à lógica do capital,

oferecendo o ensino como produto de consumo e reduzindo os acadêmicos a meros consumidores.

## **5 CONSIDERAÇÕES A GUIA DE UMA (IN)CONCLUSÃO**

Em tempos que se vivencia as duras medidas mercantis adotadas pelas instituições de ensino superior: a concepção de aluno cliente, a precarização das condições de trabalho dos professores, a falta de apoio e horas para o desenvolvimento de pesquisa e extensão, o medo e a incerteza a cada semestre de não se fechar turmas devido ao número de alunos ser abaixo do mínimo exigido pela instituição, a responsabilidade atribuída aos professores, dentre outros inúmeros desafios que a formação profissional em Serviço Social traz consigo na atualidade.

Este novo modo de ser da profissão direciona-se para a construção de um perfil profissional com competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política e, para que isto se efetive é necessário garantir uma formação de qualidade, crítica e libertária, com ênfase no compromisso com os diferentes sujeitos através de práticas de emancipação e autonomia, de reflexão a partir da contraditória realidade, postura crítica e propositiva frente às diferentes expressões da questão social.

Considera-se impossível refletir sobre o processo de formação do Assistente Social na atualidade sem compreendê-lo em sua totalidade, suas correlações, disputas e contradições que acompanham a profissão desde sua criação. Neste contexto, é fundamental considerar a conjuntura societária e o modelo de Estado que se desenha nos últimos 40 anos evidenciando a regressão do Estado Social frente ao cenário neoliberal, que redirecionou as intervenções do Estado em relação à questão social e desenvolveu políticas sociais, dentre elas a política de educação, como objeto de um processo de reordenamento, subordinado às políticas de estabilização da economia e a opção neoliberal.

O Projeto Ético-Político encontra-se em um cenário adverso à sua materialização, tendo em vista que as reformas do Estado, a precarização do ensino superior, somada as transformações no mundo do trabalho, dentre estas os avanços tecnológicos, que acenam para um contexto de supervalorização do técnico em detrimento do teórico e do ético-político.

Termos como gestão, eficiência, eficácia e efetividade passam a fazer parte do cotidiano do profissional desde a formação, valores como a competitividade e o individualismo atravessam o contexto da Universidade, introduzindo uma lógica de mercado, priorizando quantidade em detrimento da qualidade, incentivando o produtivismo acadêmico e o acirramento da competitividade entre os docentes trabalhadores. O avanço das Universidades privadas, o sucateamento das públicas, a introdução dos cursos de Serviço Social a distância e o próprio modelo de avaliação no ensino superior, ‘rankeando’ as IES e os cursos, são exemplos desta mudança.

A mercantilização do ensino superior “captura” o papel das Universidades, que passam a adequar-se a currículos “enxutos”, minimizando sua atuação na pesquisa, o que tem fragilizado o tripé ensino, pesquisa e extensão. Também passa a contratar professores com perfil “polivalente”, com atuação em vários cursos, reduzindo carga horária entre outras estratégias que buscam aumentar a lucratividade, em prejuízo da formação de qualidade.

Percebe-se com isto que, a nova lógica curricular do Serviço Social resultante de um processo de construção coletiva da categoria e que visa consolidar o Projeto Ético-Político profissional, encontra-se na contramão do projeto societário hegemônico, na contramão da lógica mercantil e fragmentada de formação impressa pela Reforma do Ensino Superior.

Na perspectiva de constituir um horizonte de crítica e resistência ao projeto neoliberal é fundamental que o processo de formação garanta a apreensão do Projeto Ético-Político da profissão, e, através dela a direção social assumida pela categoria profissional. No entanto, sabe-se que pensar em um cenário favorável para tal seria um grande equívoco, pois no campo ideopolítico permanecem em disputa dos projetos antagônicos: de manutenção da ordem capitalista e outro de construção de uma nova ordem.

### **Referências:**

ABESS-CEDEPS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 58-76, abr. 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O ensino do trabalho profissional**: o estágio na formação profissional. Palestra proferida na Oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004, ABEPSS. São Paulo, 2003. Disponível em:

<[http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/politica\\_nacional\\_estagio.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/graduacao/politica_nacional_estagio.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2009.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed., São Paulo: Cortez, 1982.

BEHRING, Elaine. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético político do serviço social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília (DF), ano 6, n.10, p. 05-10 nov./2007. [Dossiê CFESS].

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social. **Temporalis**, Brasília, ano 1, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 2000.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais. Disponível em: <[www.cacos.ufpr.br/obras/marilena-chauí-universidade-operacional.doc](http://www.cacos.ufpr.br/obras/marilena-chauí-universidade-operacional.doc)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília D(F): CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

LUSA, Mailiz Garibotti. **A (in)visibilidade do Brasil rural no Serviço Social: o reconhecimento dos determinantes a partir da análise da mediação entre a formação e o exercício profissional em Alagoas**. 2012. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético- político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde , 2006.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Das ameaças à crise. In: **Revista Inscrita**, Brasília, ano 6, n. 10, p. 37-40, nov. 2007. [Dossiê CFESS].

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. O movimento de Reconceituação – 40 anos depois. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

REIDEL, Tatiana. **A relevância da categoria participação para os assistentes sociais e a representação profissional no CRESS 10ª região**. 2005. 110f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Indissociabilidade entre Projeto Ético-Político e a Formação em Serviço Social: uma materialização em xeque**. 2010. 180f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. **Pós neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, José dos R. **Novas faces do Ensino Superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Cortez, USF-IFAN, 2001.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.